



RG
SN

REVISTA DE GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS
REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – UNIFIN
WWW.SAOFRANCISCODEASSIS.EDU.BR – REVISTA@SAOFRANCISCODEASSIS.EDU.BR

v. 1, n. 1 - setembro de 2013



Faculdade
São Francisco
de Assis

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE: ABORDAGEM PELA TEORIA DO CONSUMO

VELOSO, N. D.¹

VELOSO, M. S. S. DE O.²

RESUMO

O presente trabalho de cunho científico busca contribuir para melhor entendimento dos impactos ambientais causados pela relação do homem com a natureza. O título aborda a importância da educação na formação do homem quanto à sensibilidade e a racionalidades nesse relacionamento, primordial na busca de soluções aos problemas relacionados ao meio ambiente. Para tal, constitui ainda como foco desta atividade uma abordagem relacionada aos valores que incidem na moral do indivíduo, como elemento importante para formação de um cidadão disposto a questionar as ações do homem com o meio natural. A partir daí, analisa o papel do consumidor numa sociedade envolvida com modelos de produção dimensionada numa escala de alta produtividade, gerando cada vez mais a destruição da natureza. Vários autores analisam de maneiras contundentes os pontos que caracterizam a importância dessa discussão no sentido de criar ou refazer modelos de gestão produtivas com menores impactos ambientais, portanto, eficazes e eficientes. O teor metodológico é de caráter qualitativo, quanto ao objetivo se trata de uma pesquisa descritiva e explicativa, cujos procedimentos técnicos abordam uma pesquisa bibliográfica. No final, considera-se que os valores como a cidadania, a moral e a educação são importantes na formação do indivíduo para sensibilizá-lo às questões relacionadas ao meio ambiente.

Palavras-chave: Educação. Cidadão. Consumidor. Impacto ambiental.

¹ Licenciado em História (UFRR). Graduado em Ciências Econômicas (UFRR). MBA em Gestão Pública (FGV). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática – PPGEICIM/ULBRA. Professor da Faculdade Atual da Amazônia e da rede pública do Estado de Roraima.

² Licenciado em Física (UFRR). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática – PPGEICIM/ULBRA. Professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Coordenadora do Núcleo de Educação a Distância (NEaD).

ABSTRACT

This work seeks to contribute to a scientific understanding of best environmental impacts caused by man's relationship with nature. The title addresses the importance of education in shaping the man for sensitivity and rationalities that relationship, paramount in finding solutions to problems related to the environment. For this, is still focused on this activity a related approach to moral values that focus on the individual, as an important element for the formation of a citizen willing to question the actions of man with the natural environment. Thereafter, analyzes the role of a customer company involved with production models scaled on a scale of high productivity, generating increasingly destruction of nature. Several authors examine ways of compelling points that characterize the importance of this discussion in order to create or redo productive management models with reduced environmental impacts, so effective and efficient. The content of this qualitative methodology, as it is the goal of a descriptive and explanatory, whose technical procedures addressing a literature search. In the end, it is considered that values such as citizenship, morality and education are important in shaping the individual to sensitize you to issues reacionadas the environment.

Keywords: Education. Citizen. Consumer. Environmental impacts.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna, a questão ambiental tomou novas dimensões nas discussões em torno dos problemas gerados pelos modelos de produção que geram enormes impactos à natureza. Não que o problema passou a existir apenas nos momentos atuais, mas devido ao volume em escala de produção que aumento demasiadamente, causando alterações no ambiente natural da Terra. Nesse contexto, cresce a importância de estudos destinados a conhecer as variáveis que estão envolvidas nesse processo.

Fazendo parte deste movimento em busca do saber, este trabalho visa contribuir para ampliar o conhecimento em relação às ações dos agentes envolvidos nos processo de produção de bens e serviços destinados a atender as necessidades e desejos da sociedade moderna, com viés relacionado às questões inerentes aos impactos ambientais promovidos pela ação do homem sobre a natureza.

Três aspectos importantes são abordados como objetos principais neste estudo. A primeira trata da importância da cidadania como instrumento importante na formulação de políticas destinadas a minimizar os problemas a partir de uma maior participação dos indivíduos no sentido privado e público. Partindo dos valores morais que constituem e configuram a pessoa como cidadão em suas atitudes e forma de ser.

A segunda enfatiza o quanto é primordial a educação no campo da formação de pessoas com identidades mais humanas no sentido objetivo e subjetivo. Dessa forma, a questão ambiental ganha uma dimensão mais apurada baseada nas discussões mais aprofundadas com relação aos impactos proporcionados pela maneira como o homem percebe e concebe a natureza inserida no processo de relações produtivas.

Por fim, o trabalho trata de uma crise moderna nas relações de produção e consumo com ênfase aos interesses de cada um dos atores responsáveis ou não pelos impactos ambientais. Nesse contexto, busca-se explicar a importância do papel do consumidor nas políticas que são dimensionadas no interesse de criar ou recriar uma sociedade mais racional na formação de um ambiente saudável. Não deixando de mencionar a responsabilidade, também, dos agentes produtores, governos, entidades não governamentais e outros.

Todo o estudo é baseado, quanto ao objetivo numa pesquisa descritiva e explicativa, onde foram estudados alguns fenômenos de ordem histórica e contextualizadas ao longo do trabalho. Em relação aos procedimentos técnicos adotou-se uma pesquisa bibliográfica, através de análises textuais relevantes para o entendimento dos objetos de estudos. Quanto à natureza do objeto de estudo trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, cujo objetivo é demonstrar os resultados preliminares de um estudo científico.

2 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE: ABORDAGEM PELA TEORIA DO CONSUMO

As questões relacionadas ao meio ambiente têm sido bastante discutidas pelos governos, empresas privadas e públicas, organizações não governamentais, sindicatos, entidades eclesásticas, partidos políticos, cidadãos etc. Todos se empenham em estudar as crises resultantes da relação homem e natureza. Partindo das primícias que a produção de bens e serviços é preciso para o atendimento às necessidades primárias e secundárias do homem, porém, essa produção pode direta ou indiretamente causar impactos profundos à natureza. Daí a preocupação na busca de soluções no sentido de amenizar os impactos causados por esse processo produtivo. Contextualizando a educação e a cidadania como instrumentos pacificadores nessa relação de consumo e seus impactos à natureza.

3 A VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA

A construção da cidadania passa pela questão dos valores, pois a vida do ser humano está relacionada aos valores que se dar aos bens materiais e não materiais. O valor faz parte de um mundo subjetivo, pois o que é valioso para um pode não ser para outro. Nesse contexto, é de suma importância ressaltar a diferença entre valor e preço,

buscando ir além do campo econômico. Os valores assumem uma relação humanizada, como relata Cortina (2005): “[...] sua importância não reside tanto nos fatos de todos falarem dele e sim no fato de ser um ingrediente indispensável da vida humana, inseparável do nosso ser”.

A valorização da cidadania vai além do exercício dos direitos e dos deveres, pois como explicita Vieira (2001): “A cidadania deve ser vista como um meio de incorporação de indivíduos ao contexto social e não mais como mero conjunto de direitos formais”. Dessa forma, expande-se o contexto e vai à práxis de cada ator social numa relação em conjunto, buscando formar uma sociedade que busque valorizar as ações relacionadas à convivência humana de caráter harmonioso.

Nesse convívio, também se busca aprofundar o desempenho dos valores na estrutura social. Dentre os valores diversos, a moral tem um papel fundamental na construção da cidadania. Os valores morais são inerentes ao ser social, pelo fato que estes estão ligados às ações humanas. Em todas as atividades produtivas, por exemplo, está presente o ser humano, foi nesse contexto que Karl Marx buscou, também, o aprofundamento de sua análise nas relações da exploração do homem pelo homem, enfatizando a moral como princípio dessa convivência. Nesse contexto, a mais-valia apregoada pelo mesmo exprime uma questão de moralidade, já que

o que acontece em muitas ocasiões é que, acostumados como estamos a estabelecer um preço para as coisas de acordo com o mercado, podemos acabar acreditando que não só estabelecemos um preço, mas também seu valor. E convém não confundir os dois, porque sem dúvida podemos definir o preço, mas não o valor (CORTINA, 2005).

Na sua subjetividade o valor da moral atinge aspectos inerentes ao que se pode e deve ser explorado como desempenho de uma cidadania, como é o caso da liberdade, a justiça, a solidariedade, o diálogo, o humanismo e o respeito. Assim sendo, Turner (apud VIEIRA, 2001) expressa que: “A cidadania é um conjunto de práticas políticas, econômicas, jurídicas e culturais que definem uma pessoa como membro de uma sociedade”.

4 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

No bojo dessa convivência, a educação dos cidadãos atinge uma amplitude importante, pois a formação de cada um contribui para o pensamento coletivo de maneira sistematizada, já que organicamente a forma de se analisar o mundo é vista de maneira

individualizada, podendo gerar antagonismo nas relações sociais. Para tal, Soffiati (2002) relata:

Paralelamente a essa limitação orgânica, a antropologia, principalmente, demonstrou que os seres humanos, dentro de suas limitações comuns a todos eles, não conseguem ter acesso à realidade perceptível por seus sentidos senão por meio de representações mentais construídas pelo cérebro em conexão com o ambiente cultural em que vivem. Eis porque as noções de tempo, de espaço, de natureza, de sociedade e do próprio ser humano variam de um sistema cultural para o outro.

Isso esclarece que o ser social é individualista na sua forma de vê o mundo e, assim sendo, a cidadania exerce um papel de suma importância nesse relacionamento, já que o mesmo é repleto de valores que o compõe e exige a participação coletiva.

Cortina (2005), afirmar que os valores que compõem a honestidade, a lealdade, o profissionalismo e a coletividade são fundamentais para formação da cidadania, enfatiza ainda, que são valores que qualquer escola, pública ou privada deve transmitir na educação, porque são os que durante séculos tivemos de aprender e que já fazem parte do nosso melhor tesouro. Nesse contexto, o exercício da cidadania prende-se à questão da liberdade, considerada um dos valores naturais do homem.

A educação libertadora, tanto apregoada por Paulo Freire, remete os educadores a um espaço nobre no cumprimento do processo de formação de atores cidadãos. Buscando os clássicos, verifica-se que a formação de uma sociedade politicamente livre surge a partir do envolvimento de cada indivíduo nas questões de ordem política. Mesmo que nem todos os membros da sociedade clássica, assim, não fossem considerados cidadãos.

No contexto revolucionário, Covre (2003) relata que essa modificação libertadora nasce no interior do homem e se denomina de Categoria Cidadania, daí propõe que ocorra uma mudança individual de comportamento permitindo a possibilidade de combinar as necessidades individuais com as do grupo social e conseqüentemente em escala nacional e global. Nesse sentido, se busca no processo educativo uma possibilidade de promover mudanças e alteração no quadro de degradação ambiental. É através dessa educação cidadã que se vislumbra uma saída para formação de uma sociedade eficaz e eficiente na tarefa em relação ao desenvolvimento de propostas educacionais relacionadas a temática ambiental.

É através da educação que se adquire conhecimentos sobre os valores que fazem parte da composição que caracteriza a cidadania. Busca-se, por exemplo, o ensino da igualdade entre os seres humanos como forma de amenizar as crises dessa relação.

Ensina-se que as regras que harmonizam essas relações então além daquelas que foram criadas pelo próprio homem, pois são incorporadas ainda pelos atos que configuram a sua existência, independentes de religião, crenças, cultura, língua, política etc. O que muitas vezes, quando são levadas em consideração, não ocasiona a viabilidade da solução. Isso por que:

O valor da igualdade está encarnado em nossas sociedades verbalmente, mas a lei está muito distante de tratar igualmente a todos os cidadãos, ainda para que todos desfrutem de iguais oportunidades de vida, entre as pessoas comuns, o trato continua a ser desigual: afável e servil com os que estão no topo, rude e depreciativo com os mais fracos. Sempre dois pesos e duas medidas, duas maneiras de agir. Pais e professores ensinando com “habilidades sociais” efetivas a se relacionar com os colegas mais fortes, com melhor futuro social. O mundo de relações – quando não de amizade – com os fortes é o que acaba se impondo (CORTINA, 2005).

Além do mais, a assimilação dos acordos firmados pela sociedade e que são transformados em Lei não contempla a todos pelo fato que são bilhões de pessoas convivendo em forma associativa e com ideias diferenciadas. Mas, a cidadania parte do pressuposto que todos conhecem, pelo fato humano, essas diferenças e tentam conviver pacificamente.

Antigamente os interesses de um indivíduo eram inseparáveis do de sua comunidade, na modernidade esses interesses individuais podem ser diferentes do seu grupo social, evidenciando a liberdade de consciência, de expressão, de associação, de reunião, de deslocamento por um território. É livre aquele que pode realizar determinadas ações.

A educação não libertadora pode levar ao individualismo, ao egoísmo. Cada um exige que seus direitos sejam respeitados, mas não estão dispostos a se esforçar para que os direitos dos outros sejam respeitados. Universalizar as liberdades exige solidariedade (CORTINA, 2005).

Com relação a educação e o meio ambiente, o aumento do fluxo de informações entre as pessoas e o poder de escolha, de certa forma, centrada no indivíduo tem proporcionado diversificação dos focos temáticos nos debates coletivos. O que, neste mundo globalizado, sobretudo no ambiente de produção capitalista integra-se a educação como viés de grande importância nos assuntos relacionados com a questão ambiental. Sempre buscando o aprimoramento nos relacionamentos individuais e coletivos como forma de harmonizar o ambiente em que convivem, levando em consideração que:

Acima de tudo, que o processo educativo não é neutro e objetivo, destituídos de valores, interesses e ideologias. Ao contrário, a educação é uma construção social repleta de subjetividade, de escolhas valorativas e de vontades políticas, dotada

de uma especial singularidade, que reside em sua capacidade reprodutiva dentro da sociedade. Ela significa, portanto, uma construção social estratégica, por estar diretamente envolvida na socialização e formação dos indivíduos e sua identidade social e cultural. A educação, nesse sentido, tanto um papel de conservação de ordem social, reproduzindo os valores, ideologias e interesses dominantes socialmente, como papel emancipatório, comprometido com a renovação cultural, política e ética da sociedade e com pleno desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos que a compõem (SOFFIATI, 2005).

A educação com foco, também, ao meio ambiente é capaz de levar o indivíduo ao entendimento das relações econômicas, sociais e políticas ao longo da evolução das civilizações. Por exemplo, entender que a globalização é um fenômeno contraditório tipicamente moderno. Por um lado, é a expressão do capitalismo sem fronteira; por outro, é a tomada de consciência da limitação do planeta. O que remete a humanidade questionar até que ponto a produção capitalista, ou não, é responsável pelos impactos ambientais proporcionados pelo modelo adotado.

Buscando sempre a compreensão da evolução da humanidade e sua relação com a natureza, a educação tem exercido um papel fundamental de entendimento entre o homem e o meio que o cerca. Essa evolução tem mostrado que os problemas de relacionamentos aqui expressados são de natureza histórica, pois para atendimento de suas necessidades primárias, como alimentação, vestuários e moradia tem levado a um impacto natural sobre a natureza.

Vale destacar que o homem, a partir do momento que se tornou sedentário pela condição de visualidade sobre a natureza, gerando seus próprios bens e serviços, praticando a agricultura de subsistência e a pecuária de pequena escala, vem gerando certo impacto ao meio ambiente. As Civilizações Antigas, como a do Egito, buscavam o aproveitamento eficiente daquilo que era ofertado pela natureza, no caso, o aproveitamento dos leitos do rio Nilo para prática da agricultura.

Nessa evolução nem sempre houve uma relação com pouco impacto, pois a ideologia capitalista de produção em larga escala com vislumbre de se obter o lucro pela produtividade é questionada pela sociedade moderna. Esse questionamento passa por níveis de conhecimentos e, portanto, exigindo uma educação que busque o entendimento pela delimitação de como as pessoas enxergam o mundo. Nesse contexto, Loureiro (2002) relata:

[...] a antropologia, principalmente, demonstrou que seres humanos, dentro dessas delimitações comuns a todos eles, não consegue ter acesso à realidade perceptível por seus sentidos senão por meios de representações mentais construídas pelo cérebro em conexão com o ambiente cultural em que vivem. Eis porque as noções de tempo, de espaço, de natureza, sociedade e do próprio ser humano variam de um sistema cultural para outro.

Relata ainda o mesmo autor, que o conhecimento progride de forma contínua e constante, passando de um objeto conhecido para outro desconhecido, até desvendar o segredo de existente. Sendo assim, a educação assume uma maior responsabilidade nas relações entre os atores sociais que compõem uma sociedade de conhecimento preocupada com os valores que envolvem a harmonia entre o homem e a natureza.

Dessa forma, o compromisso da educação é garantir os processos de sociabilidade, em construir relações que valorizem a vida e que por isso tornam-se humanizadoras, caracterizando assim uma prática social política. Pois, a educação ambiental como ação política garante força de transformação social.

5 CONSUMO E MEIO AMBIENTE

Já mencionado que o indivíduo é um ser consumidor por natureza devido ao atendimento às necessidades primárias e secundárias, como também, é ativo de desejos ilimitados, tendo então de produzir alimentos, vestuários, moradias, transportes etc. Nesse contexto, a discussão se entranha pelas obrigações e deveres com relação aos impactos ambientais, partindo do princípio que nesse processo os produtores e os consumidores devem assumir uma maior responsabilidade.

Nesse contexto, como afirmar Portilho (2005) os consumidores passaram a ser vistos como principal responsável, considerado ora culpado, ora responsável, ora como agentes de ação e transformação, portanto, elemento principal na busca de soluções.

Ao centrar os problemas ambientais no consumidor corre-se o risco de enfraquecer outros agentes que são tão responsáveis pelo processo de degradação dessa relação homem natureza, visto que:

A percepção corrente de que “o consumidor é o novo ator social” é uma afirmação, de certa forma, sedutora, mas bastante problemática, tanto do ponto de vista conceitual quanto político. Problemática porque pode reforçar a ideia de que existem “atores singulares portadores da história”. Os consumidores – individuais ou organizados – seriam, neste sentido, se não os únicos, pelo menos um dos principais atores da mudança social. Problemática, ainda, porque pode representar um falso alento e uma falsa esperança para a evidência de que os atores tradicionais (Estados, governos, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, cidadãos etc.) perderam muito da sua capacidade de ação política. Com isso, as ações seriam retomadas por consumidores conscientes, responsáveis e bem informadas que, como num passe de mágica, resolveriam tanto os problemas ambientais quanto o problema de declínio da dimensão política (PORTILHO, 2005).

Nesses termos, a solução dos problemas ambientais não pode se resumir a meras ideias revolucionárias, partindo de grupos que se dispõem a qualquer preço

radicalizarem ações de mudanças repentinas. As soluções devem partir de uma participação coletiva onde se busca discutir as necessidades dos consumidores no campo do processo produtivo, inserindo todos os agentes pertinentes ao sistema econômico. Buscando sempre analisar setor por setor e, jamais, derrubar todo modelo de forma irresponsável.

A atuação política do consumidor não pode se resumir a uma luta solitária, mas como importante para busca de soluções para os problemas ambientais. Não pode ainda, serem manobrados pelos empresários no sentido de ficarem com maior responsabilidade nesse processo. Pelo contrário, todos, no sentido coletivo, devem contribuir para vencerem os desafios que surgem no sentido de harmonizar as relações homem e natureza. Nesse quadro, Portilho (2005) esclarece que é necessário compreender os comportamentos dos atores sociais e explicar de que modo podem gerar melhorias no campo ambiental.

É importante ainda, estabelecer uma análise sobre a cultura de consumo com relação às questões ambientais. O homem sempre foi consumidor, desde o modelo de produção primitivo, passando pelo escravista, asiático, feudal e chegando ao capitalista. No entanto, o termo “cultura de consumo” se evidenciou a partir do momento em houve uma explosão do comércio com descobrimento de novas terras e com o crescimento populacional no contexto mundial, acompanhado com adventos de novas técnicas de produção.

Portilho (2005) destaca que a cultura do consumo foi originada da expansão da produção capitalista de mercadorias que deu origem a uma vasta acumulação de cultura material na forma de bens e locais de compra e consumo, podendo ser utilizada como manipulação de ideológica de massa, determinada pelos interesses das indústrias, ou seja, a cultura de consumo é fruto da expansão da produção capitalista de mercadorias.

Dessa forma, o consumo passou a esfera ideológica como discurso de manobra no que se refere às questões ligadas ao meio ambiente, muitas vezes reduzindo os cidadãos à condição de consumidores, vítimas passivas, insensatas e manipuladas pelas estratégias publicitárias. Esquecendo que o consumidor é um ser individualista, mas também capaz de se unir com outros semelhantes e questionar o ambiente em que vive, ou seja, tornar a vida privada numa dimensão pública. Portilho (2005) identifica essa ação coletiva, a partir de uma mudança dos temas econômicos para os culturais, pessoais e morais, como forma de participação política.

Nessa esfera ideológica, surgem novos modelos de práticas produtivas, por exemplos, consumo verde, consumo sustentável e consumo consciente, os quais começaram a fazer parte da nova ordem no campo da politização da questão ambiental. Com relação à politização, Soffiati (2005) relata que politizar a questão ambiental significa, em primeiro lugar, compreender e tratar os recursos naturais como bens coletivos à vida e sua reprodutividade e o acesso a esses recursos um direito público e universal. Como também, reconhecer o meio ambiente como base de sustentação para as sociedades humanas e não humanas.

O consumidor, de certa forma, é livre para fazer suas escolhas, no entanto, é nessas escolhas que se evidencia a oportunidade de práticas políticas que canalizam para busca dos entendimentos sobre o meio ambiente, demonstrando seu poder na relação consumo e produção. Ou seja, inclui nas concepções deste meio o de natureza bióticas e abióticas na pauta de discussão política.

A sociedade do consumo – e o materialismo que o fundamenta – assume na contemporaneidade o consumo como elemento articulador central da vida social: o consumidor vive não só pelas coisas que pode obter, mas de forma mais complexa, vive por meio destas. Assim, seja para mudar sua compreensão e seu posicionamento no mundo por meio da troca de bens materiais, seja para atribuir sentido e significado a este mesmo mundo a sua volta, a aquisição de bens materiais organiza e define o papel de cada indivíduo na sociedade de consumo. É por meio das aspirações consumistas e dos desejos de posse de objetos que são conferidos status de legitimidade, fundamentais para manutenção do sistema, viabilizando o acesso à felicidade e ao sucesso (CHAUVEL; COHEN, 2009).

No processo produtivo o consumidor é o sujeito mais importante, pois o produtor antes de elaborar e fazer suas escolhas o estuda de maneira criteriosa, pois de outra forma estará sujeito ao fracasso em seus negócios. Então, assim sendo, o consumidor não pode ser visto apenas numa mesma ordem consumista, sendo reduzido ao mero expectador do processo, pois se trata de milhões de pessoas que, por natureza, são seres sociais e políticos, portanto, enxergam o mundo de maneira diferenciada e buscam viver em harmonia. Sempre na almejando escolhas ótimas nessa convivência, mesmo que nem sempre isso aconteça.

Ciente de suas potencialidades, os consumidores assumem a posição de ditar regras nesse relacionamento, como por exemplo, na formação de novas comunidades de consumo que oferecem alternativas de resistência por meio de negociação com o mercado, chegando ao boicote como forma mais radical. Mas, conscientes de suas atitudes o consumidor sabe que é necessário que haja o crescimento da produção para a conquista do desenvolvimento. Daí se inseriu o meio ambiente como a questão primordial a ser analisada nesse processo.

Vale ainda salientar, que o movimento dos consumidores não se restringe a ações contra as empresas, mas uma forma de negociar com o mercado e buscar interferir de maneira positiva entre os produtores e consumidores em relação às práticas responsáveis no contexto ambiental. Buscando a produção de produtos confiáveis e seguros, práticas éticas de comercialização, práticas de marketing adequadas e consumo mais eficiente.

Na perspectiva Pós-moderna trata-se de uma vertente da sociologia contemporânea que não mais descreve os consumidores como simples vítimas passiva do capitalismo, mas o consumo é visto como uma atividade com suas próprias práticas, ritmos, significados e determinações, pois a liberdade se manifesta nas inter-relações das atividades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a questão ambiental têm gerado conflitos de percepções e concepções entre os atores sociais. Vários são os argumentos que se utiliza para se justificar o posicionamento e o interesse de cada grupo, deixando claro que tais posicionamentos dependem dos valores subjetivos presentes no sentido privado e coletivo. Nesse contexto, os valores, a cidadania e a educação compõem o rol de variáveis que influenciam a forma como as pessoas realizam a leitura do ambiente natural.

Fica claro que os valores ligados à subjetividade como o princípio, o caráter, o respeito, a dignidade humana, a solidariedade e a honestidade, por exemplos, influenciam o comportamento do homem com relação ao desenvolvimento de uma sociedade, sobretudo, se tratando da questão ambiental. Nesse sentido, podemos verificar que os problemas não estão ligados somente aos valores dimensionados no sentido econômico, ou seja, ao preço dos produtos, pois a mensuração do meio ambiente ultrapassa os valores objetivos impostos pelos modelos produtivos.

Os valores que designa a pessoa como cidadão vão além do direito positivo que se manifesta nos direitos e deveres de cada pessoa. Inclui-se ainda, a liberdade de escolhas e que essas ações sejam direcionadas não somente em benefícios próprios, mas, acima de tudo, ao bem-estar da coletividade.

Outra variável importante na formação da pessoa, e que contribui muito na construção do cidadão preocupado com as questões ligadas ao meio ambiente é a

educação. Uma sociedade bem formada em conhecimentos amplia o leque de visão sobre as questões ambientais e busca soluções plausíveis no sentido de melhorar as relações do homem com a natureza. O indivíduo bem educado adquiriu base de sustentação para criar ou alterar ações no processo de discussão no que é melhor para a convivência social. Nesse contexto, teremos uma educação na cidadania, pois envolve, também, as questões subjetivas que compõem as características de um cidadão desde suas escolhas quando criança.

Quanto às questões relacionadas ao consumidor e suas inferências no contexto ambiental, fica evidente que o mesmo exerce uma função muito importante nas relações de produção, pois os produtores dependem das variáveis que influenciam seu comportamento. Então, as ações do consumidor no mercado influenciam as ações de outras entidades, sejam elas as empresas, governos, sindicatos, organizações não governamentais, partidos políticos etc. Daí se evidencia o poder do consumidor nas decisões direcionadas às questões ambientais.

Finalmente, fica clara a preocupação da sociedade moderna com relação às questões ambientais, pois os impactos cresceram enormemente nos últimos anos devido ao aumento da produtividade de bens e serviços, até certo ponto, necessários para o atendimento das necessidades e desejos das pessoas.

É evidente que a pauta não se esgotou, pois necessita ainda de estudos aprofundados no assunto, deixando de lado as paixões comoventes, ou seja, modas passageiras e se busque os aperfeiçoamentos das ações relacionadas ao meio ambiente com o objetivo de se alcançar confiança nas atitudes inerentes aos problemas criados pelo relacionamento do homem com a natureza.

REFERÊNCIAS

- CORTINA, Adela. Educar na cidadania e aprender a construir o mundo juntos. In: _____. *Cidadãos do mundo para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.
- COHEN, Marcos; CHAUVEL, Marie Agnes. *Ética, sustentabilidade e sociedade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzine. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRANGUES, Philippe Pomier; CASTRO Ronaldo (Orgs.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil e a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.